



POLÍTICAS REGIONAIS DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS

ST4 - Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

RESUMO

Este estudo analisa as políticas de prevenção ao suicídio desenvolvidas a partir de determinações territoriais e orientadas politicamente pela regionalização do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS), no Estado do Rio Grande do Sul. Utiliza-se, como exemplo empírico, a 28ª Região de Saúde do estado (Região do Vale do Rio Pardo). Analisa-se a trajetória de construção das políticas de prevenção ao suicídio entre 2012 e 2023, a partir de políticas de saúde mental no território, destacando experiências locais nos municípios de Candelária e Santa Cruz do Sul. Considera-se que limitar a regionalização da saúde à escala estadual condiciona o acesso de recursos para efetivação de políticas de saúde mental, limitando a capacidade de intervenção dos governos municipais na construção de estratégias de prevenção ao suicídio. Conclui-se que as políticas de prevenção ao suicídio devem considerar a escala regional, considerando a complexidade do fenômeno e sua expressão particular no território.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório, com metodologia empírica, aliado à análise quantitativa de dados secundários relacionados à incidência de suicídios no território gaúcho. Serão analisadas as principais experiências de prevenção ao suicídio desenvolvidas em âmbito municipal, relacionando-as com a bibliografia ligada ao campo das políticas de saúde mental no Brasil. Como exemplo empírico, optou-se por destacar as políticas de prevenção ao suicídio implementadas em municípios da região de saúde do Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul — historicamente a região e o estado com maior incidência de suicídios do País (TRAPE; BOTEGA, 2006; BRASIL, 2011;



CEVS, 2018). A escolha dos municípios de Candelária e Santa Cruz do Sul, ambos localizados na região do Vale do Rio Pardo, decorre da alta incidência de suicídios nestes locais, estando entre as maiores taxas de suicídio por 100 mil habitantes entre os municípios gaúchos na última década (2012 - 2023) e por serem territórios com reconhecidas ações de prevenção (CONTE et al., 2012; DIANIN, 2015; STAVIZKI JUNIOR, 2021).

As experiências do território selecionadas para análise empírica foram: a) Programa de Promoção à Vida e Prevenção ao Suicídio (PPS) de Candelária/RS, entre 2009 e 2012; b) Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio de Santa Cruz do Sul/RS, entre 2015 e 2023; e c) Plano Estadual de Prevenção ao Suicídio do Rio Grande do Sul, entre 2021 e 2023. A seleção destas experiências está ligada ao estudo exploratório dos autores sobre as principais políticas de prevenção ao suicídio desenvolvidas na região, a partir de pesquisa de doutoramento em desenvolvimento regional.

Além da análise crítica destas experiências, serão analisados empiricamente os dados epidemiológicos relacionados ao suicídio, coletados através do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizados pela plataforma de tabulação de dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS). Para complementar essa análise, serão analisados os dados disponibilizados pelo Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação do Governo do Rio Grande do Sul (DGTI-RS), através da base de dados BI-Saúde. Estes dados serão categorizados e apresentados em tabelas e mapas temáticos, produzidos com o software QGIS 3.32.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O território é o espaço onde as dinâmicas sociais e de produção são postas em movimento, revelando as contradições e as potencialidades do sistema que organiza a vida, o trabalho, a política e as relações sociais de cada período. Assim, é possível afirmar que a incidência de um problema público, ou a própria compreensão de um fenômeno como problema, se dá através das determinações do território. No entanto, este é um processo dialético, no qual as particularidades do Local se evidenciam em contraste com o Global (SANTOS, 2006; ETGES, 2001; 2005). O recorte regional utilizado neste estudo baseia-se nas delimitações geográficas estabelecidas pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A regionalização da saúde no território gaúcho baseia-se na organização dos serviços de diagnóstico, atendimento ambulatorial e hospitalar e ações de proteção e prevenção da saúde. Este



modelo auxilia no encaminhamento de pacientes com comorbidades de média e alta complexidade, de municípios que não possuem tais serviços, como Hospitais, UTIs, CAPS, Residenciais Terapêuticos, entre outros. Além da gestão dos serviços de saúde, as coordenadorias regionais são responsáveis pelo planejamento das ações e campanhas de saúde, identificando demandas emergentes na região e agindo de forma integrada com os gestores municipais. Compreende-se, assim, que a prevenção ao suicídio no território é uma ação que atravessa o âmbito do município, articulando-se regionalmente, inclusive no encaminhamento de indivíduos com ideação suicida grave ou que necessitem de internação hospitalar. Outrossim, a gestão da saúde mental na região é responsável pela qualificação dos profissionais de saúde; elaboração de políticas, programas e projetos; coordenação das ações estratégicas e planos de ação regionais; fiscalização das condições de trabalho e qualidade dos serviços; diálogo com gestores públicos e pela divulgação de campanhas de prevenção ao suicídio nos municípios da região (SES-RS, 2016; CEVS, 2018).

Neste sentido, entende-se que o fenômeno do suicídio se expressa efetivamente na disposição de recursos territoriais, que para fins deste estudo, são representados pelos serviços especializados de saúde mental, hospitais, unidades de urgência e emergência, mas também espaços de discussão sobre a problemática (comitês, fóruns, etc.). A regionalização da saúde está relacionada às capacidades do território em desenvolver recursos capazes de atender as demandas de saúde da população, o que implica as determinações de produção, meio ambiente e governabilidade do território e suas regiões. Considerando que o suicídio é, de fato, um problema público na maioria das regiões gaúchas, entende-se que a falta de intervenção do Poder Público nesta problemática tende a agravar, ainda mais, os índices de mortalidade.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

O estudo está organizado em três discussões principais: I) A influência das determinações do território na construção de políticas públicas, destacando os conceitos que sustentam a argumentação teórica para intervenção pública nesta problemática; II) A relação histórica do suicídio com o estado do Rio Grande do Sul e a região do Vale do Rio Pardo, enfatizando dados epidemiológicos do suicídio no território, bem como as experiências de construção de políticas de prevenção nos municípios selecionados; e III) A regionalização da saúde diante da morte autoprovocada, onde se defende uma perspectiva de intervenção estatal que considere diferentes regionalizações na construção de políticas de prevenção ao suicídio.



Estas discussões estão diretamente ligadas à sessão temática “Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional”, por considerar o papel do território na elaboração de respostas para um problema público. Sobretudo, considera-se a relevância do campo do Desenvolvimento Regional na identificação de potencialidades regionais para enfrentar uma das problemáticas de saúde pública mais desafiadoras do século XXI - o aumento gradativo de mortes autoprovocadas e de tentativas de suicídio (OMS, 2021). Ademais, considera-se a historicidade do processo de construção de políticas de prevenção ao suicídio como experiências relevantes para análises da relação entre Governos e território, sobretudo na identificação, intervenção e avaliação de políticas públicas.

REFÊRENCIAS.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Estadual da Saúde. **Prevenção do suicídio no nível local: orientações para a formação de redes municipais de prevenção e controle do suicídio e para os profissionais que a integram.** CORAG: Porto Alegre, 2011. 87p.

CEVS – Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Rio Grande do Sul. Boletim de Vigilância do Suicídio e Tentativa de Suicídio. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. **Bol. Vig. Suicídio.** v. 1. n. 1. set. 2018.

CONTE, Marta., MENEGHEL, Stela N., TRINDADE, Aline G., CECCON, Roger F., HESLER, Lilian Z., CRUZ, Claudia W., SOARES, Regina., PEREIRA, Sanderlei., JESUS, Irani. Programa de Prevenção ao Suicídio: estudo de caso em um município do sul do Brasil. Rio de Janeiro: **Ciênc. saúde coletiva**, v.17, n. 8, 2012.

DATASUS – Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade.** 2020. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

DIANIN, Irene Maria Brzezinski. **Suicídio: políticas e ações de enfrentamento a partir da política nacional de saúde pública (2006), no Vale do Rio Pardo.** 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). UNISC; Santa Cruz do Sul, 2015.

ETGES, Virginia Elisabeta. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo.** In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001



ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. Santa Cruz do Sul: **Redes**, v. 10, n. 3. set. /dez. 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Suicídio**: dados e números. 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/suicide>>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção [1996]**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 4 ed., 2006.

STAVIZKI JUNIOR, Carlos. **Repertórios de ação coletiva e políticas públicas: uma análise a partir da construção da política de prevenção ao suicídio no município de Santa Cruz do Sul (RS)**. 2021. 249 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). UNISC. Santa Cruz do Sul. 2021.

TRAPE, Angelo Zanaga; BOTEGA, Neury José. **Inquérito de morbidade auto-referida e exposição a agrotóxicos**. In: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (Orgs.). A produção de tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul-RS. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2006. p. 116-141.